

ENTREVISTA

CONCEITOS DE DIVERSIDADE
PARTE II (CONTINUAÇÃO DA
ENTREVISTA REALIZADA (v.2, n.3 jan./jun. 2014)
COM ROGÉRIO JUNQUEIRA*

Yéssica Lopes**

Resumo

“Diversidade” tornou-se uma palavra de ordem em torno da qual existem entendimentos distintos. Desde que ganhou a arena política, ele costuma circular em acepções muito vagas. Do que e de quem estamos falando? Quem ficou de fora? Alguém ficou mais no centro ou mais à margem? De que modo são representadas diferentes categorias sociais nos discursos acerca da diversidade? Como os sujeitos envolvidos respondem às representações que se constroem acerca deles? E assim por diante.

Diversidade: Tu tens problematizado um entendimento bastante recorrente sobre homofobia, considerando-o restritivo, despolitizado, e tens afirmado que a homofobia nas escolas seria um problema de todos, pondo em ação uma Pedagogia do Armário. O que significa isso?

Rogério: De fato, o termo homofobia tem sido comumente empregado em referência a um conjunto de emoções negativas (aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a “homossexuais”. No entanto, entendê-lo de modo tão restrito implica pensar o seu enfrentamento por meio de medidas voltadas sobretudo – ou apenas – a minimizar os efeitos de sentimentos e atitudes de indivíduos ou de grupos homofóbicos em relação a uma

*O entrevistado é doutor em Sociologia (Universidade de Milão e Macerata), pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Dedicou-se a pesquisas e análises no campo dos exames e das avaliações educacionais, com ênfase em gênero, diversidade sexual, deficiência, cotidiano escolar, direitos humanos e discriminações na escola. Atuou na implementação do Programa Brasil Sem Homofobia.

**Jornalista

suposta minoria. Relacionar a homofobia simplesmente a um conjunto de atitudes individuais em relação a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais implicaria desconsiderar que as distintas formulações da matriz heterossexual, ao imporem a heterossexualidade como obrigatória, também controlam o gênero. Por isso, parece-me mais adequado entender a homofobia como um fenômeno social relacionado a preconceitos, discriminação e violência voltados contra quaisquer sujeitos, expressões e estilos de vida que indiquem transgressão ou dissintonia em relação às normas de gênero, à matriz heterossexual, à heteronormatividade. E mais: seus dispositivos atuam capilarmente em processos heteronormalizadores de vigilância, controle, classificação, correção, ajustamento e marginalização com os quais todos somos permanentemente levados a nos confrontar.

Dizer que a homofobia e o heterossexismo pairam ameaçadoramente sobre a cabeça de todos não implica afirmar que afetem indivíduos e grupos de maneira idêntica ou indistinta. Embora a norma diga respeito a todos e seus dispositivos de controle e vigilância possam revelar-se implacáveis contra qualquer um, a homofobia não deixa de ter seus alvos preferenciais. As lógicas da hierarquização, da abjeção social e da marginalização afetam desigualmente os sujeitos. O macho angustiado por não cumprir com os ditames inatingíveis da masculinidade hegemônica não tenderá a ter seu status questionado se agredir alguém considerado menos homem. Pelo contrário, com tais manifestações de virilidade, além de postular-se digno representante da comunidade dos “homens de verdade”, ele poderá até ser premiado. Afligido pela pesada carga que sua posição de dominante acarreta, ele, para esconjuram ameaças a seus privilégios, terá à sua disposição um arsenal heterossexista socialmente promovido.

As “brincadeiras” heterossexistas e homofóbicas constituem-se poderosos mecanismos heterorreguladores de objetivação, silenciamento, dominação simbólica, normalização, ajustamento, marginalização e exclusão. Isso se faz seguir de tensões de invisibilização e revelação, próprias de experiências do armário. Estou falando de algo que se traduz em uma pedagogia do armário, que se estende e produz efeitos sobre todos.

A pedagogia do armário é constituída de dispositivos e práticas curriculares de controle, humilhação, silenciamento, invisibilização, ocultação e não nomeação que agem como forças heterorreguladoras de dominação simbólica, (des)legitimação de corpos, sujeitos, saberes, práticas e identidades, e de subalternização, marginalização, estigmatização e exclusão. Ela, portanto, não fica circunscrita a um mero conjunto de práticas (in)formais por

meio das quais preconceitos (hetero)sexistas e homofóbicos são cultivados e transmitidos, levando estudantes a não se assumirem enquanto homossexuais. Mais do que isso: a pedagogia do armário diz respeito a processos amplos, sutis, complexos e profundos ao longo dos quais cada sujeito do espaço escolar é implicado. Nesse cenário, sob a égide dessa pedagogia, dispositivos heteronormativos e práticas disciplinares se relacionam à edificação e à salvaguarda de valores e regimes de verdade heteronormativos, bem como de relações de poder heterocêntricas e de processos de (des)classificação, hierarquização e estruturação de privilégios heterossexistas, cujas arbitrariedades e iniquidades o currículo, ao mesmo tempo em que veicula, contribui para naturalizar e legitimar.

Diversidade: Que ações consideras importantes de serem implementadas para que possamos promover uma cultura da promoção da diversidade nas escolas?

Rogério: Penso ser importante questionar processos sociocurriculares e políticos por meio dos quais, na escola, as diferenças e as diferenciações são produzidas, nomeadas, valorizadas ou desvalorizadas. Não basta denunciar o preconceito e apregoar maior liberdade: é preciso desestabilizar processos de normalização, marginalização e estigmatização. Muito além da busca por respeito e vago pluralismo, vale discutir e abalar códigos dominantes de significação, desestabilizar relações de poder, fender processos de hierarquização, perturbar classificações e questionar a produção de identidades reificadas e diferenças desigualadoras.

Portanto, não parece ser de pouca monta investir na desconstrução de processos sociais, políticos e epistemológicos, próprios da pedagogia do armário, por meio dos quais alguns indivíduos e grupos se tornam normalizados ao passo que outros são marginalizados. Como lembra Louro, diante das possibilidades, descontinuidades, transgressões e subversões que o trinômio sexo-gênero-sexualidade experimenta e produz, vale resistir à comodidade oferecida por concepções naturalizantes que separam sexo da cultura e oferecem suporte a representações essencialistas, binárias e redutivistas em relação a corpo, gênero, sexualidade, identidades etc.

Nas escolas, a naturalização das normas de gênero é acompanhada de uma ausência de indignação e uma forte busca de autoapaziguamento frente à violência que a heteronormatividade perpetra. Uma mescla de ingredientes (conformismo, resignação, dor, indignação, descontentamento, desconforto, compaixão, impotência, indiferença) alia-se a

uma falta de motivação para sair em busca de alternativas mais eficazes, coletivamente construídas. Ao sabor das disposições da pedagogia do armário, as providências costumam ser paliativas ou equivocadas e não apontam para nenhuma articulação social ou política. Muitos encaminhamentos parecem informados por um modo de ver que não leva à mudança. Não raro, discursos perfazem um deslocamento nos processos de atribuição de responsabilidades, que migram do grupo e da instituição, autores da violação, para o alvo da discriminação direta.

Apesar disso, penso a escola como um espaço onde o naturalizado é tido como incontornável pode ser confrontado por pedagogias dispostas a promover diálogos, releituras, reelaborações e modos de ser, ver, classificar e agir mais abertos e criativos. Um local onde podemos buscar inventar formas de conviver, ensinar, aprender, em favor da reinvenção e a dignificação da vida. A democracia e a educação de qualidade dependem disso.

Assim, pensando estritamente agora no plano da escola, há muita coisa que pode ser feita no enfrentamento dos ditames e dos efeitos da heteronormatividade, com distintos graus de alcance e possibilidade, segundo cada cenário específico.

É importante que o/a professor/a saiba identificar e se disponha a mudar o que em sua atuação profissional, na sua didática, nas relações pedagógicas que estabelece ele/ela contribui para perpetuar normas, valores, práticas opressivas em relação à diferença ou à diversidade. Para isso, treinar a escuta e abrir-se para o diálogo real são imprescindíveis. Ao lado disso, o/a professor/a precisará atentarse também para os efeitos indesejados das medidas voltadas para enfrentar situações de injustiça. Por exemplo, será que o modelo de inclusão preconizado pela escola ou pela política produz sempre inclusão?

A promoção dos direitos humanos deve ser elemento central da escola. A acessibilidade (em termos físicos, culturais, comunicacionais e atitudinais) deve ser um princípio organizador de todos os espaços, atividades, metodologias e currículos.

A escola, ao promover a cultura dos direitos humanos, precisa saber identificar, prevenir e enfrentar situações de preconceito, discriminação, marginalização, exclusão e violência. Isso implica a necessidade de elaborar e implementar diretrizes, planos, projetos etc. voltados a fazer da escola um espaço seguro, antidiscriminatório, efetivamente educativo. Vale deixar isso evidente no seu regimento interno e no projeto político pedagógico. E claro: é indispensável discutir regras, normas escolares, currículos e práticas didático produtoras de desigualdades e opressão. No plano administrativo e disciplinar, ela pode adotar medidas

que busquem garantir o acesso, a permanência e o enfrentamento a situações de preconceito, discriminação e violência.

É importante perceber que todos os atores e espaços da escola, em todas as matérias e atividades, estão implicados na construção de saberes, sujeitos, identidades, hierarquias sociais etc. Assim, os temas relacionados aos direitos humanos dizem respeito a cada um e à instituição como um todo. Na escola, ninguém atua sem produzir efeitos nessa área. Na escola, todos educam e todos educam para as relações sociais, etnicorraciais, de gênero, para a sexualidade, alteridade etc.

Analisar os livros e outros materiais didáticos empregados na escola também não é de pouca importância. O racismo, o machismo, o classismo etc. estão tão fortemente internalizados e naturalizados em nossa cultura que podem passar despercebidos até mesmo em materiais usados em sala de aula. É preciso também garantir que a biblioteca da escola disponha de acervos acessíveis sobre essas temáticas.

Propor, estimular e adotar ações focalizadas em favor do respeito à identidade de gênero, na inclusão educacional e na formação profissional de travestis e transexuais e de outros grupos socialmente vulneráveis. E isso não se limita à importante garantia do direito ao uso do “nome social” e do banheiro segundo a identidade de gênero. É importante garantir que todas as pessoas possam aceder e usufruir igualmente os espaços e os serviços da escola.

Ao lado das ações voltadas a envolver as famílias na comunidade escolar, considerar tanto a diversidade dos arranjos familiares quanto a necessidade de se preservar o caráter público da escola. Ou seja, a escola pública não deve estar meramente a serviço dos interesses privados de uma ou outra família, mas, enquanto espaço de socialização e educação para a vida, ela deve promover os valores da cidadania e dos direitos humanos.

Por último, mas não menos importante, é imprescindível envidar todos os esforços para garantir a laicidade da escola. Por força da Constituição Federal, a escola não pode ser um espaço de promoção ou de proselitismo de uma ou outra religião. Ou seja, a escola pública pode até ser espaço para se refletir, em termos filosóficos e antropológicos, sobre a diversidade religiosa, mas em nenhum caso não pode ser usada para a imposição da fé privada. Gestores/as e professores/as não têm direito de fazer de seu lugar de poder um instrumento para disseminar seus valores e crenças pessoais. Ao agirem assim, supostamente em nome da liberdade de expressão (somente a deles), mesmo sem promover discursos de

ódio (o que também não é raro nesses casos), eles sufocam o direito à diferença e atentam contra o princípio constitucional do respeito à dignidade humana. Enfim, a laicidade não tem nada a ver com ateísmo. A laicidade das instituições públicas é elemento central para a garantia da plena liberdade religiosa, na sua pluralidade e riqueza. Para que cada um possa ter, mudar ou deixar de ter religião, é fundamental que o Estado não promova e nem advogue em favor de nenhuma. A laicidade das instituições públicas é uma das mais importantes invenções da democracia, indispensável para a liberdade de todos os indivíduos.

Diversidade: Como preparar os profissionais a trabalhar com uma educação pluralista?

Rogério: É preciso considerar que ações isoladas de enfrentamento a preconceitos e discriminações nas escolas tenderão a produzir efeitos limitados enquanto os temas da diferença estiverem ausentes da formação inicial e continuada de profissionais da educação e não comparecerem de maneira nítida e bem articulada nas diretrizes para os sistemas de ensino. Por isso, seria irrealista esperar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental pudessem, isoladamente, dar conta desses temas. Além de não terem encontrado condições favoráveis para o seu enraizamento dos sistemas de ensino, os PCNS não foram acompanhados de políticas educacionais especificamente voltadas à temática da diferença e diversidade – especialmente a sexual. Primeiro documento oficial do MEC a associar a sexualidade à ideia de prazer, os PCNS silenciaram sobre as homossexualidades e as transgeneridades. No documento, a noção de “orientação sexual”, a tematização das doenças sexualmente transmissíveis, da Aids e da gravidez adolescente, aliadas a um discurso de responsabilização dos sujeitos, não ensejaram o alargamento e o aprofundamento do debate em termos mais críticos, plurais e inovadores.

Sem forte investimento na formação de professores/as para a promoção da cultura dos direitos humanos, do reconhecimento da diferença e da diversidade, de pouco servirão as diretrizes para os sistemas, pois elas não produzirão automaticamente sujeitos dispostos ou aptos para implementá-las.

A formação inicial e continuada também requer investimentos na produção acadêmica e na divulgação científica, bem como a elaboração de material didático e paradidático. E já que falamos disso, vale observar que igualmente problemáticas são: a produção e a distribuição de material didático desvinculadas de processos de formação docente – tão ao

gosto dos empresários bilionários amigos das escolas, sempre dispostos a inundar as escolas com suas apostilas. De pouco adianta falar de formação de profissionais da educação, de produção de diretrizes ou de materiais se tudo se mantiver nos limites postos por discursos ancorados em concepções restritas ou negativas de corpo, raça/etnia, gênero, sexualidade, deficiência ou em mera conformidade com os interesses imediatos e alienantes do mercado.

Difícilmente conseguiremos avanços significativos se continuarmos a falar em direitos humanos de maneira vaga e imprecisa e sem incluir nitidamente os direitos sexuais e as discussões sobre a autodeterminação de gênero. Sem isso, a sexualidade tende, no máximo, a ser vista a partir do viés da prevenção (de doenças e gravidez) e não da promoção e da garantia de direitos e, assim, a permanecer no plano do risco e da ameaça, reverberando mobilizações conservadoras que preconizam uma política sexual voltada a conter supostas ameaças à família e à normalidade heterossexual.

Diversidade: Tens alguma sugestão de sites, livros ou filmes que contribuam para a discussão sobre uma escola mais plural?

Rogério: Vou lhes sugerir alguns filmes disponíveis na rede e que, espero, podem colaborar para as reflexões e as adoções práticas relacionadas ao mundo da escola, aos preconceitos e às discriminações. Para facilitar, faço uma divisão por tópicos temáticos. Os filmes, evidentemente, vão muito além disso.

Sobre educação, escola, diferença, laicidade, crises e projetos inovadores:

- “Pro Dia Nascer Feliz”, de João Jardim, 88 min., documentário: <http://tinyurl.com/kws2lcf>;
- “A Educação Proibida”, de German Doin, 145 min., documentário: <http://tinyurl.com/mfdutsp>;
- “Escolarizando o Mundo”, de Carol Black, 70 min., documentário: <http://tinyurl.com/kwxnldl>;
- “Diferente mas Igual”, de Alex Moletta, 2 min., curta: <http://tinyurl.com/kj9y7ax>;
- “Se Sete Vidas Eu Tivesse (Vocacional)”, de José Maurício de Oliveira, 25 min., documentário: [http:// tinyurl.com/kdgjbsn](http://tinyurl.com/kdgjbsn);

- “Ensino Vocacional em 9 minutos”, curta: [http:// tinyurl.com/n3nygdj](http://tinyurl.com/n3nygdj);
- “Vocacional”, de Toni Venturi, documentário: <http://tinyurl.com/mu5axp6>.

Sobre racismo e discriminação:

- - “Olhos Azuis”, de Bertram Verhaag (com Jane Elliot), 83 min., documentário: <http://tinyurl.com/lgbvrqw>;
- “Uma lição de discriminação”, de Pasquale Turbide e Lucie Payeur, 42 min., documentário: <http://tinyurl.com/mn3ec4m>;
- “Nossos espíritos não falam inglês”, de Steven Heape, 52 min., documentário: <http://tinyurl.com/k3dzcs4>;
- “Racismo Científico, Darwinismo Social e Eugenia”, de David Olosoga, 53 min, documentário: <http://tinyurl.com/kyj9l7l>;
- “Auschwitz – Holocausto”, de Alan Lygo e Martina Balazova, 47 min., documentário: <http://tinyurl.com/mqa8j94>.

Sobre acessibilidade e deficiência:

- “Acessibilidade”, vídeo da campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), 3 min.: <http://tinyurl.com/kersp4c>;
- “As Cores das Flores”, da ONCE, 4min., docudrama: <http://tinyurl.com/kbqwpqm>;
- “Cuerdas”, de Pedro Solís García, 9 min., animação: <http://tinyurl.com/krpm3p8>;
- “Vermelho como o céu”, de Cristiano Bortone, 96 min., ficção: <http://tinyurl.com/khz6u25>;
- “Somos Todos Diferentes”, de Aamir Khan, 162 min., ficção: <http://tinyurl.com/kjh7jfy>;
- “Não quero voltar sozinho”, de Daniel Ribeiro, 17 min., ficção: <http://tinyurl.com/jvqk4bj>.

Sobre gênero, mulheres e direitos sexuais:

- “Judith Butler: Seu comportamento cria seu gênero”, de Paule Zadjermann, 3 min.: <http://tinyurl.com/lqgn48x>. Trecho do documentário, de 51 min.: <http://tinyurl.com/ld4ttke> (1/3), <http://tinyurl.com/l8mmo4t> (2/3) e <http://tinyurl.com/mtv5hz8> (3/3), com legendas em espanhol;
- “Vida de Maria”, de Márcio Ramos, 9 min., animação: <http://tinyurl.com/kd8kxgl>;
- “Falta Alguma Coisa”, de Mark Thurop Van Orman, 11 min., animação: <http://vimeo.com/37045238>;
- “Aqueles Mulheres”, de Verena Kael e Matilde Teles, 20 min. documentário: <http://vimeo.com/68323950>;
- “O Aborto dos Outros”, de Carla Gallo, 72 min., documentário: <http://tinyurl.com/ml3sldm>;
- “Women in Nazi Germany”, de Cate Haste, 48 min., documentário: <http://tinyurl.com/nxc3yjk>;
- “Reacciona Ecuador, el machismo es violencia” (campanha equatoriana contra o machismo e a violência de gênero): <http://tinyurl.com/3wojshj> (1 min.), <http://tinyurl.com/n58bf4x> (1min.), <http://tinyurl.com/lhbmu7m> (1 min.), <http://tinyurl.com/lj4ym9m> (1 min.), <http://tinyurl.com/lum4feo> (1min.).
- “Menininha questionando o sexismo da indústria de brinquedos”, 1 min., filmagem doméstica: <http://tinyurl.com/lr7dske>.

Sobre homossexualidades, transgeneridade, heterossexismo, homofobia, transfobia:

- “Diverdiferencias”, de GALE, 12 min., animação: <http://vimeo.com/31411619>
- “Delicada Atração”, de Hettie MacDonald, 85 min., ficção: <http://tinyurl.com/kcq54zd>;
- “Tempestades de Verão (Desculpe-me, Eu gosto de Você)”, de Marco Kreuzpainter, 100 min., ficção: <http://tinyurl.com/kk3deaz>;
- “Minha Vida em Cor de Rosa”, de Alain Berliner, 89 min., ficção: <http://tinyurl.com/mb5wv7m>;
- “Transamérica”, de Duncan Tucker, 104 min., ficção: <http://tinyurl.com/mb5ghk7>;

- “C.R.A.Z.Y.”, de Jean-Marc Vallée, 122 min., ficção: <http://tinyurl.com/k877e9y>;
- “Lírios d’Água”, de Céline Sciamma, 85 min., ficção: <http://tinyurl.com/ldy8lgz>;
- “Cuéntame”, de Carlos Molinero, 18 min., ficção: <http://tinyurl.com/kgzhpv3>; “Minha Mãe Gosta de Mulher”, de Daniela Fejerman e Inés París, 96 min., ficção: <http://tinyurl.com/lycgxzu>;
- “Amanda e Monick”, de André da Costa Pinto, 19 min., documentário: <http://tinyurl.com/mw2b32q>;
- “The Celluloid Closet (O Outro Lado de Hollywood)”, de Jeffrey Friedman e Rob Epstein, 101 min., documentário: <http://vimeo.com/71185771> (1/3); <http://vimeo.com/71302381> (2/3); <http://vimeo.com/71304990> (3/3);
- “Stand up!”, de Anna Rodgers & Aoife Kelleher, 4 min., curta-metragem de uma campanha contra a homofobia na Irlanda: <http://tinyurl.com/l18llkz>.
- “Pink Dot” (campanhas anuais contra a homofobia em Singapura): “Support the Freedom to Love”, 3 min: <http://tinyurl.com/kobf7e7>; “Some Day”, 2 min: <http://tinyurl.com/llo49xj>; “Home”, 5 min: <http://tinyurl.com/l8a5x9d>;
- Pronunciamentos de Navi Pillay, Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos: <http://tinyurl.com/kfy6wcc> (7 min.) e <http://tinyurl.com/lzer3tz> (6min.);
- “O Riso dos Outros”, de Pedro Arantes, 52 min., documentário: <http://tinyurl.com/mk727tb>;
- “Kids React to Gay Marriage (Crianças Reagem ao Casamento Homossexual)”, de The Fine Bros., 16 min., documentário: <http://tinyurl.com/m2x5ofx>;
- “Reação de um garoto ao conhecer um casal gay”, 1 min., filmagem doméstica: <http://tinyurl.com/n6ef4gk>.